

Relatório da Administração

Senhores,

Atendendo às exigências da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), divulgamos neste ato, o Relatório de Administração atrelado as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes da Gama Saúde Ltda., referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Apresentação

Com mais de 25 anos de atuação no mercado, a Gama Saúde Ltda. é uma operadora de planos médico-assistenciais, com registro na ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, nº 40.701-1, especializada na administração de planos de saúde por pós pagamento (custo operacional) e no aluguel de rede nacional para operadoras comerciais de mercado (Seguradoras e Medicinas de Grupo), ou ainda para Autogestões públicas e privadas, atuando também na gestão da rede credenciada de terceiros, realizando tarefas em gestão administrativa e de controle de riscos em assistência à saúde.

Um dos grandes diferenciais da Gama Saúde é a excelência no uso de tecnologia de ponta com alta que permite a flexibilização.

Política de Destinação dos Lucros

A Empresa, de acordo com as disposições estatutárias, estabeleceu que do lucro apurado em cada exercício serão deduzidos, antes de qualquer outra destinação, a Provisão para o Imposto sobre a Renda e os Prejuízos Acumulados. A Administração por deliberação dos sócios, decidiu-se que o lucro líquido poderá ser:

- Distribuído aos sócios, sendo admitida a distribuição desproporcional de lucros; ou
- Retido, total ou parcial, em conta de lucros suspenso ou de reservas, ou capitalizado.

Negócios Sociais e Principais Fatos Internos e/ou Externos que tiveram influência na “Performance” da Sociedade/Entidade e/ou No Resultado do Exercício

Nosso resultado econômico-financeiro está melhor em relação ao Budget, onde gerida e empenhada a Empresa não tivemos problemas de recebimentos e ainda conseguimos reduzir os custos.

Perspectivas e planos da administração para o exercício seguinte.

A Empresa vai priorizar uma melhor alocação de capital ao longo de 2023, com objetivo de aumentar significativamente sua geração de caixa livre através de: i) racionalização dos investimentos e incentivos aos canais; ii) austeridade nos gastos e despesas, principalmente os de caráter discricionário, com busca por maior eficiência operacional; iii) melhora no capital de giro; e iv) otimização da estrutura tributária.

Descrição dos principais investimentos realizados, objetivo, recursos alocados montantes e origens dos, inclusive aqueles voltados aos programas de promoção e prevenção à saúde

A Empresa pela reestruturação e situação macroeconômica ficou inviabilizada de promover investimentos inclusive em programas voltados a promoção e prevenção de saúde.

Declaração sobre a capacidade financeira e a intenção de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento

A Empresa afirma que ao final do ano de 2022, detinha disponível, a capacidade financeira de assumir seus compromissos, e a mesma não possui títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento.

A administração manteve ao longo do ano sua capacidade financeira voltada em manter suas operações, bem como manter suas obrigações junto a agência reguladora.

Investimentos da companhia em sociedades coligadas e controladas e mencionar as modificações ocorridas durante o exercício

Em 31 de agosto de 2021, foi efetuado alteração do Contrato Social 62ºACS devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o nº 17.169/22-7 em sessão de 7 de janeiro de 2022, devido ao prazo legal para algum credor se manifestar ao contrário, através das quais, deliberou-se a redução do capital social da Sociedade, nos termos do Artigo 1.082, inciso II, do Código Civil, por considerá-lo excessivo em relação ao objeto da Sociedade, no valor de R\$ 15.000, mediante o cancelamento de 1.500.000.000 de quotas, com valor nominal de R\$ 0,01 cada uma, reduzindo, portanto, o capital social de R\$ 68.873 para R\$ 53.873.

Em decorrência de referida redução, a alteração do Capital Social, passando a ser detido pelas Sócias da seguinte forma: R\$ 53.873, dividido em 5.387.297.424 quotas, com valor nominal de R\$ 0,01 cada uma, pela Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A.; e R\$ 0,01, dividido em 01 quota, com valor nominal de R\$ 0,01 pela Qualicorp Administração e Serviços Ltda.

Informações Complementares

Os demais itens previstos pela RN nº 528 de 2022, não foram citados, pois são inaplicáveis ou não praticados por esta Empresa, mas sempre estando em *conformidade* com as normas das ANS.



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Conselho de Administração da
Gama Saúde Ltda.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Gama Saúde Ltda. (Empresa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

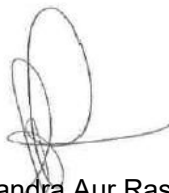
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda
CRC SP-034519/O



Alessandra Aur Raso
CRC SP-248878/O

GAMA SAÚDE LTDA.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota Explicativa	31/12/2022	31/12/2021	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota Explicativa	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO CIRCULANTE		60.881	62.469	PASSIVO CIRCULANTE		23.921	19.431
Disponível	7	10.387	23.142	Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	13	16.923	10.133
Realizável		50.494	39.328	Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prest.de Serv.Assistenciais		16.916	10.127
Aplicações Financeiras	8	15.007	11.863	Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para SUS		7	6
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		15.007	11.863	Tributos e Encargos Sociais a recolher		616	492
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	9	30.136	16.713	Débitos Diversos	14	6.382	8.806
Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber		22.358	11.313				
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		7.778	5.400				
Créditos Tributários e Previdenciários	10	1.577	3.410				
Bens e Títulos a Receber	11	3.773	5.905				
Despesas Antecipadas		1	1.436				
ATIVO NÃO CIRCULANTE		18.128	26.533	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		2.056	1.648
Realizável a Longo Prazo		17.362	25.824	Provisões		1.374	1.248
Créditos Tributários e Previdenciários	10	16.834	24.793	Provisões para Tributos Diferidos		7	-
Depósitos Judiciais e Fiscais		411	631	Provisões para Ações Judiciais	16	1.367	1.248
Títulos e créditos a receber		117	400	Débitos Diversos	14	682	400
Imobilizado		674	582	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		53.032	67.923
Direito de uso de arrendamentos		281	-	Capital Social	17	53.873	68.873
Imobilizado - Não Hospitalares / Odontológicos		393	582	Lucros/(-) Prejuízos Acumulados		(841)	(950)
Intangível		92	127				
TOTAL DO ATIVO		79.009	89.002	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		79.009	89.002

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

GAMA SAÚDE LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde		17.742	134.666
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		19.000	135.615
Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos	18	19.000	135.615
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora		(1.258)	(949)
Eventos Indenizáveis Líquidos / Sinistros Retidos	19	181	(120.991)
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados		181	(120.991)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		17.923	13.675
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde		16	1.694
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora		307	245
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		(336)	1.611
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		(186)	162
Provisão para Perdas Sobre Créditos	9	(150)	1.449
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora		(90)	(78)
RESULTADO BRUTO		17.820	17.147
Despesas Administrativas	20	(19.133)	(11.713)
Resultado Financeiro Líquido	21	2.964	988
Receitas Financeiras		4.029	1.632
Despesas Financeiras		(1.065)	(644)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		1.651	6.422
Imposto de Renda	22	(510)	(159)
Contribuição Social	22	(260)	(76)
Impostos Diferidos		4	-
Participações sobre o Lucro		(680)	(85)
RESULTADO LÍQUIDO		205	6.102

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Este documento foi assinado digitalmente por Adriana Ricardo Arrais.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://qualicorp.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código 5143-4F0D-48D3-19A2.

GAMA SAÚDE LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais - R\$)

	31/12/2022	31/12/2021
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	205	6.102
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	205	6.102

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Este documento foi assinado digitalmente por Adriana Ricardo Arrais.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://qualicorp.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código 5143-4F0D-48D3-19A2.

GAMA SAÚDE LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital Social Integralizado	Reserva legal	Lucros/(Prejuízos) acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		68.873	-	(7.052)	61.821
Lucro Líquido do Exercício		-	-	6.102	6.102
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		68.873	-	(950)	67.923
Ajustes de adoção de normas	2.iii	-	-	(96)	(96)
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2022		68.873	-	(1.046)	67.827
Lucro Líquido do Exercício		-	-	205	205
Redução de capital	17	(15.000)	-	-	(15.000)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	17	53.873	-	(841)	53.032

GAMA SAÚDE LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	31/12/2022	31/12/2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
(+) Recebimentos de Plano de Saúde		188.118	142.458
(+) Resgate de aplicações financeiras		-	-
(+) Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras		2.370	789
(+) Outros Recebimentos Operacionais		2.107	769
(-) Pagamentos a Fornecedores/Prestadores de Serviços de Saúde		(164.663)	(117.734)
(-) Pagamentos de Pessoal		(7.183)	(6.893)
(-) Pagamentos de Serviços de Terceiros		(9.846)	(15.894)
(-) Pagamentos de Tributos		(749)	(1.039)
(-) Pagamentos de Aluguel		(242)	(240)
(-) Pagamentos de Promoção / Publicidade		(1)	(32)
(-) Aplicações Financeiras		(3.048)	(1.776)
(-) Outros Pagamentos Operacionais		(4.617)	(3.164)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		2.246	(2.757)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
(+) Recebimentos de venda de Ativo Imobilizado - OUTROS			(38)
(-) Pagamentos Relativos ao Ativo Intangível			(43)
(-) Outros Pagamentos das Atividades de Investimento		(15.000)	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(15.000)	(81)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA		(12.754)	(2.838)
Caixa - saldo inicial	7	23.142	25.979
Caixa - saldo final	7	10.387	23.142
Ativos livres no início do ano (*)	7	23.142	25.979
Ativos livres no fim do ano (*)	7	10.387	23.142
AUMENTO (REDUÇÃO) DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS - RECURSOS LIVRES		(12.755)	(2.838)

(*) Refere-se ao saldo do grupo Disponível (Caixa, Bancos Conta Depósito, Aplicações de Liquidez Imediata e Numerários em Trânsito).

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Este documento foi assinado digitalmente por Adriana Ricardo Arrais.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://qualicorp.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código 5143-4F0D-48D3-19A2.

GAMA SAÚDE LTDA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1 Contexto Operacional

A Gama Saúde Ltda. (“Gama Saúde” ou “Empresa”), com sede em Barueri, controlada pela Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A. (“Grupo Qualicorp”), presta serviços de administração de planos de saúde para empresas, entidades governamentais, seguradoras e operadoras de assistência à saúde, inclusive autogestões, atendendo clientes corporativos e governamentais e com membros em todas as regiões do Brasil. A Gama Saúde oferece aos seus clientes: (a) acesso às suas redes credenciadas de prestadores de serviços; (b) serviços terceirizados de suporte para a assistência à saúde; e (c) serviços de administração de cuidados especializados. Com isso, a Gama Saúde objetiva que seus clientes administrem seus custos com planos de saúde pós-pagos, eliminando despesas fixas e reduzindo investimentos.

As operações da Empresa são conduzidas por meio de processos integrados no mercado de benefícios utilizando-se da mesma estrutura operacional do Grupo Qualicorp, do qual faz parte. As sinergias dos serviços prestados em conjunto pelas empresas e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos individualmente pelas empresas conforme sua ocorrência.

2 Apresentação das Demonstrações Financeiras

I. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Empresa são preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as entidades supervisionadas pela Agência Nacional da Saúde e estão sendo apresentadas de acordo com o plano de contas e modelo de publicação da ANS estabelecido na Resolução Normativa nº 528.

Através da RN 528 de 29 de abril de 2022, a ANS sustenta a posição de adotar a partir de 2023 o Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros, vigentes a partir de 1º de janeiro de 2018 e de não adotar ICPC22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, vigentes a partir de 1º de janeiro de 2019.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela ANS.

II. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As principais práticas contábeis adotadas pela Empresa estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

Para elaboração das notas explicativas, a premissa utilizada pela Administração é a de divulgar os valores superiores a 10% do subgrupo a qual pertence, salvo se julgar necessário relatar informações relevantes, não contempladas nesta premissa.

III. Adoção Inicial de novas normas

i) CPC 06 (R2) - Arrendamentos – Mensuração e Reconhecimento

O pronunciamento (CPC 06 (R02)) foi emitido e passou a vigorar em 1º de janeiro de 2019, e aprovado pela Agência Nacional de Saúde (ANS) através da Resolução Normativa Nº 528, de 29 de abril de 2022 e passou a vigorar em 1 de junho de 2022, com seus efeitos aplicados ao saldo de abertura nas demonstrações financeiras referentes ao exercício atual.

A referida norma estabelece critérios para evidenciar, em balanço patrimonial, os compromissos assumidos em contratos de arrendamento, em contrapartida a um ativo de direito de uso do correspondente bem arrendado.

A Empresa adotou o CPC 06 (R2) aplicando os saldos na abertura das demonstrações financeiras, utilizando o método retrospectivo com efeito cumulativo, abordagem simplificada, sugerido pela norma, utilizando o saldo de pagamentos remanescentes. As informações comparativas não são reapresentadas.

Esses passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa de empréstimo incremental de arrendamento em 1º de janeiro de 2022. A Empresa optou por utilizar taxa de desconto única para contratos de características semelhantes, diferenciadas pelo prazo do contrato. As taxas aplicadas aos passivos de arrendamento pela Empresa estão no intervalo de 5,23% e 9,59% ao ano.

Impactos estimados da adoção do CPC 06 (R2) na data de abertura das demonstrações financeiras:

Balanço Patrimonial	Divulgado	CPC 06 (R2)	Adoção de Normas
	31/12/2021		01/01/2022
Créditos tributários e previdenciários	3.410	12	3.422
Imobilizado	582	358	940
Ativo	3.992	370	4.362
Débitos Diversos (Arrendamento - circulante)	-	140	140
Débitos Diversos (Arrendamento - não circulante)	-	319	319
Provisões para tributos diferidos	-	7	7
Patrimônio líquido	67.923	(96)	67.827
Passivo e patrimônio líquido	67.923	370	68.293

Adicionalmente, para fins de comparação, demonstramos abaixo os impactos da adoção do CPC 06 (R2) na demonstração de resultado caso a data de aplicação da norma fosse 1º de janeiro de 2021.

Demonstração do Resultado	Divulgado	CPC 06 (R2)	Após adoção de normas
	31/12/2021		31/12/2021
Despesas administrativas	(11.713)	26	(11.687)
Resultado Financeiro	988	(40)	948
Imposto de renda e contribuição social	(235)	(82)	(317)
Lucro líquido	6.102	(96)	6.006

i) CPC 47 - Receita de contrato com clientes – Mensuração e Reconhecimento

O pronunciamento CPC 47 foi emitido e passou a vigorar em 1º de janeiro de 2018, e aprovado pela Agência Nacional de Saúde (ANS) através da Resolução Normativa Nº 528, de 29 de abril de 2022 e passou a vigorar em 1 de junho de 2022, com seus efeitos aplicados ao saldo de abertura nas demonstrações financeiras referentes ao exercício atual.

A Empresa concluiu que não possui impactos com esta norma por não estar relacionada ao nosso modelo de negócio.

3 Principais práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas foram as seguintes:

Princípios gerais:

Ativos, passivos, receitas e despesas são apuradas de acordo com o regime de competência. A receita de venda é reconhecida na demonstração do resultado quando os serviços são efetivamente prestados.

Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após os próximos 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente.

i) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Empresa passa a fazer parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor nominal que se aproxima do valor justo, considerando inclusive que as operações geralmente têm prazo de vencimento de até 45 dias, e que, portanto, resultam em efeitos imateriais nas informações financeiras.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

Empréstimos e recebíveis

Ativos financeiros classificados na categoria de empréstimos e recebíveis são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação e subsequentemente mensurados pelo custo do valor justo por meio do resultado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas, se aplicável.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” ou “Outros passivos financeiros”.

A Empresa não possui passivos classificados como “passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

A Empresa efetua a baixa de passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas e canceladas ou quando são liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

ii) Disponível e aplicações financeiras de liquidez imediata

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Conforme política interna, as aplicações financeiras centralizam-se naquelas de menor risco, sendo realizadas em renda fixa e cotas de fundo de renda fixa, multimercado e títulos públicos federais. A aplicação de recursos financeiros é permitida apenas em instituições sólidas com classificação de “rating” de “AAA” até “BBB” no limite de 100% e de rating “BBB” até “BBB+” no limite de 20%. Parte dos valores aplicados centraliza-se em fundos dedicados à ANS e aos Certificados de Depósito Bancários - CDBs, com rentabilidade baseada no Certificado de Depósito Interfinanceiro – CDI.

iii) Aplicações financeiras

Inclui fundos de investimento dedicados à ANS como ativo garantidor.

iv) Créditos de operações com planos de assistência à saúde – contraprestação pecuniária/ prêmio a receber e provisão para perda sobre créditos.

Refere-se aos recursos financeiros a ingressar pela contraprestação/prêmios de serviços de assistência médico-hospitalar com plano de assistência médico-hospitalar da operadora, com preço pós-estabelecido.

A Empresa realiza cobrança de taxa pela administração dos seus planos, podendo ser fixa por beneficiário ou percentual sobre a utilização.

Conforme norma básica vigente, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato deve ser provisionada para perdas.

v) Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição. Os saldos apresentados encontram-se deduzidos das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, levando em consideração a vida útil estimada dos bens, exceto para as benfeitorias em imóveis de terceiros que são amortizados de acordo com os prazos dos contratos de locação dos imóveis.

vi) Arrendamentos

A Empresa avalia, na data de início do contrato, se um contrato de aluguel é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Empresa aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor, que são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Os ativos de baixo valor são montantes arrendados com valor contábil inferior a R\$20.

A Empresa reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento.

i) Intangível

Está representado principalmente por custos de licenças de software.

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos. Esses ativos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida é calculada pelo método linear, com base no prazo em que o ativo irá gerar benefícios econômicos futuros.

ii) Provisões técnicas

A provisão técnica é constituída pelo valor integral informado pelo prestador ou beneficiário, determinada com base nos avisos relatando a ocorrência de eventos cobertos pelos contratos em vigor e que tenham sido recebidos até a data das demonstrações financeiras.

iii) Apuração do resultado

- a) A receita decorrente dos prêmios ganhos é reconhecida, considerando-se o período de cobertura do risco, de acordo com as disposições contratuais, ou seja, na data em que ocorrer o efetivo direito ao valor a ser faturado, quando a receita pode ser mensurada com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Empresa. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de planos médico-hospitalares.
- b) A apropriação da despesa com eventos indenizáveis é reconhecida, considerando-se a data de apresentação da conta médica ou do aviso pelos prestadores dos serviços, correspondente aos eventos ocorridos. Caso a data em que ocorra o fato gerador da despesa seja diferente da data em que ocorrer o atendimento aos beneficiários dos planos de assistência à saúde (eventos ocorridos e não avisados), são passíveis de reconhecimento por meio de constituição de provisão técnica específica.
- c) O resultado inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias, atualizados de acordo com índices e taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e de longo prazo e, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização.

iv) Regime de Tributação

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado, quando há lucro tributável.

v) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando a Administração, com base em posições dos advogados internos e externos da Empresa, considera que o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa for provável em relação a saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com segurança suficiente.

As obrigações legais, fiscais e previdenciárias incluem as demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes são registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal.

Adicionalmente, as provisões cíveis também são reconhecidas através de um método estatístico objetivo que utiliza como referência o desempenho histórico da carteira de processos cíveis em 18 meses, considerando a média ou mediana de todos os processos.

vi) Repasses e reembolsos de despesas de gestão de assistência à saúde

Repasses e reembolsos de despesas de gestão dos planos são decorrentes da intermediação de repasses de recursos recebidos dos clientes e pagamentos aos médicos e hospitais da rede credenciada.

Repasses a receber e reembolsos a pagar são reconhecidos pelo regime de competência em contrapartida do resultado. A classificação contábil dos repasses e reembolsos de gestão dos planos de forma bruta ou líquida na demonstração do resultado depende dos riscos assumidos nessas transações, entre outros, riscos de crédito, de perdas, do não cumprimento com normas e legislações vigentes e da não aceitação dos serviços prestados.

Caso uma empresa assuma esses riscos, mesmo que parcialmente, a apresentação dos repasses e dos respectivos reembolsos de gestão dos planos na demonstração do resultado deve ser feita de forma absoluta, uma vez que essa empresa atua em situação de risco que transcende a posição de um simples agenciador entre os seus clientes e os médicos da rede credenciada.

Entre os fatores de risco que determinaram a necessidade da Empresa de apresentar, de forma absoluta os montantes dos repasses e reembolso de despesas dos planos de assistência médica, compreende-se:

- a) A regulamentação da ANS, que entre outros, ao tratar do repasse, dispõe que se trata de formação de preço do plano de saúde sob o regime de preço pós-estabelecido;
- b) Ser a Empresa legalmente solidária, pela prestação de serviços da rede referenciada;
- c) Ser o custo de repasse absoluto critério de contratação ou não da Empresa;
- d) A Empresa não ser uma mera agenciadora;
- e) O cliente corporativo da empresa não mantém qualquer relação jurídica com a rede credenciada;
- f) A Empresa é quem está obrigada ao cumprimento de todo o marco regulatório.

4 Principais Estimativas e julgamentos

Na aplicação das práticas contábeis da Empresa descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse exercício, ou também em exercícios posteriores se a revisão afetar tanto o exercício presente como exercícios futuros.

Nesse contexto, as estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas pela Administração da Empresa e baseiam-se na experiência histórica e em vários outros fatores, que entende como razoáveis e relevantes.

A Empresa adota premissas e faz estimativas com relação ao futuro, a fim de proporcionar um entendimento de como a Entidade forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, que requerem o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões relativamente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos, e os resultados reais raramente serão exatamente iguais aos estimados.

As provisões para riscos cíveis são reconhecidas através de um método estatístico objetivo que utiliza como referência o desempenho histórico da carteira de processos cíveis em 18 meses, considerando a média ou mediana de todos os processos. O desempenho histórico está atrelado aos processos ativos x pagamentos utilizados, que pode de forma sazonal aumentar ou diminuir a provisão. Caso a variação fosse de 10% teríamos um acréscimo ou redução na contingência no valor de R\$12.

5 Instrumentos Financeiros

a) Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

Pela natureza da sua operação e dos instrumentos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Administração considera que os valores contábeis dos ativos financeiros e passivos financeiros contabilizados ao custo amortizado e reconhecidos nas demonstrações financeiras se aproximam dos seus valores justos, conforme segue abaixo:

Os instrumentos financeiros e respectivas classificações estão demonstrados a seguir:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Empréstimos e recebíveis	Ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros:				
Disponível - aplicações financeiras de liquidez imediata	-	10.337	-	22.317
Aplicações financeiras	-	15.007	-	11.863
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	30.136	-	16.713	-
Bens e títulos a receber	3.773	-	5.905	-
Passivos financeiros:				
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	16.923	-	10.133	-
Débitos diversos (circulante)	6.382	-	8.806	-

Mensuração de valor justo reconhecida no balanço patrimonial

A tabela a seguir fornece uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados a valor justo após o reconhecimento inicial e agrupados por nível com base em seus respectivos graus de hierarquia de valor justo:

- Nível 1 – Valores cotados num mercado ativo para ativos ou passivos idênticos: Mercado ativo aqui seria um mercado no qual as transações de ativos e passivos ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações sobre preço numa base contínua.

- Nível 2 – Inputs relevantes além dos valores cotados no nível 1, direta ou indiretamente: Inputs de nível 2 incluem valores cotados para ativos ou passivos similares no mercado ativo, bem como outros Inputs além daqueles valores cotados para o ativo ou passivo como, por exemplo, taxas de juros e curvas de rendimento.
- Nível 3 - Inputs não relevantes: Mensurações obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não tem como base os dados observáveis de mercado. Dessa forma, por se tratar de dados não observáveis, a seleção deve ser baseada no dado mais confiável disponível por que os inputs de mensuração de Nível 3 devem incluir os riscos inerentes à técnica de avaliação e os riscos inerentes aos inputs dessa técnica.

	31/12/2022	31/12/2021
	Nível 1	Nível 1
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		
Disponível - aplicações financeiras de liquidez imediata	10.337	22.317
Aplicações financeiras	15.007	11.863

Durante o período, não ocorreram transferências entre níveis.

Instrumentos derivativos

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Empresa não operou contratos de instrumentos financeiros derivativos para proteção de suas posições ou para especulação.

b) Gerenciamento dos principais riscos

A Empresa atua em atividades de operação de planos médico – hospitalar, sendo o risco limitado à frequência dos serviços que realiza, e sua exposição a riscos não sofre variação significativa pela severidade das solicitações.

Os principais riscos decorrentes dos negócios da Empresa são os riscos de crédito, de taxa de juros, de liquidez e de capital. A administração desses riscos envolve diferentes departamentos, e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas.

A Empresa possui controles internos que asseguram que estas políticas e estratégias estão sendo cumpridas, de forma que os resultados obtidos estão de acordo com os objetivos definidos pela sua Administração.

Risco de crédito

A Empresa restringe a exposição a riscos de crédito associados a bancos e aplicações financeiras, efetuando seus investimentos em instituições financeiras sólidas e com remuneração em títulos de curto prazo.

Com relação a contraprestação pecuniária/prêmios a receber, a Empresa restringe a sua exposição a riscos atuando apenas no modelo pós pagamento.

A metodologia de apuração da provisão para perda sobre créditos e baixa de valores incobráveis está descrita na nota explicativa nº 3 iv.

Risco de taxa de juros dos instrumentos financeiros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Empresa vir a sofrer perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas a seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado.

Como o fluxo médio de recebimentos/pagamentos da Empresa é de 45 dias, a Administração utiliza como premissa para análise da variação de taxa de juros à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, que estão assim resumidos:

Conta	Contas patrimoniais	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Aplicações financeiras de liquidez imediata	Ativo circulante	7	10.337	22.317
Aplicações financeiras	Ativo circulante	8	15.007	11.863
Total			25.344	34.180

As aplicações financeiras são substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas atreladas na sua totalidade à taxa CDI e refletem as condições usuais de mercado nas datas dos balanços.

Análise de sensibilidade de variações das taxas de juros

As flutuações das taxas de juros, como, por exemplo, o CDI, podem afetar positiva ou adversamente as informações contábeis consolidadas em decorrência de aumento ou redução nos saldos de aplicações financeiras.

Conforme política interna, as aplicações financeiras centralizam-se naquelas de menores riscos, sendo aplicadas em renda fixa e cotas de fundo de renda fixa, multimercado e títulos públicos federais. A aplicação de recursos financeiros é permitida apenas em instituições sólidas com classificação de "rating" de "AAA" até "A-" no limite de 100% e de rating "BBB" até "BBB+" no limite de 20%. Parte dos valores aplicados centraliza-se em fundos dedicados à ANS e aos Certificados de Depósito Bancários - CDBs, com rentabilidade baseada no Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.

Em 31 de dezembro de 2022, se as taxas de juros de CDI fossem 10% ao ano mais altas/mais baixas e todas as outras variáveis se mantivessem constantes o lucro do exercício aumentaria/diminuiria em R\$ 289 (R\$ 142 em 2021).

Risco de capital

A Empresa administra seu capital para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

Capital Base

O Capital Base, regulamentado pela RN 526 a partir de junho de 2022, estabelece uma regra que define o montante a ser observado pelas operadoras em qualquer tempo, em função da modalidade, segmentação e região de comercialização.

Na apuração do capital base as operadoras devem multiplicar o valor de referência determinado pela ANS pelo fator K, que por sua vez, é determinado pela região de comercialização da operadora e pelo seguimento da mesma.

Em 31 de dezembro de 2022 o capital base calculado é de R\$ 10.883 (R\$ 9.727 em 2021), estando em conformidade com a norma.

Patrimônio Líquido Ajustado - PLA

O patrimônio líquido ajustado é o patrimônio líquido ou social apurado das operadoras ajustados por efeitos econômicos regulamentados na RN 526 de junho de 2022.

Conforme exposto no art.9 dessa resolução normativa as operadoras deverão manter a qualquer tempo, PLA equivalente ou superior ao capital regulatório.

O capital regulatório é o limite mínimo de Patrimônio Líquido Ajustado que as operadoras deverão observar, a qualquer momento, em relação as regras de capital regulamentadas nesta RN.

Quanto a sua apuração, deve-se observar três importantes pontos:

- i) A operadora deverá possuir seu PLA, a qualquer tempo, equivalente ou superior ao capital regulatório;
- ii) A segunda observação, é que até 2022, o capital regulatório será o maior valor entre o capital base e a margem de solvência;
- iii) A partir de 2023, com exceção das autogestões, o capital regulatório será o maior valor entre o capital base e o capital baseado em riscos.

Em 31 de dezembro de 2022 o PLA calculado é de R\$ 52.939 (R\$ 66.360 em 2021), estando enquadrado na respectiva instrução normativa.

Margem de solvência

A RN nº 526 de junho de 2022, dispõem sobre os critérios de operação para as Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde ("OPS") que estabelece:

Margem de solvência (MS) corresponde à suficiência do patrimônio líquido ajustado por efeitos econômicos, na forma da regulamentação do disposto no artigo 6º, para cobrir o maior montante entre os seguintes valores:

- 0,20 (zero vírgula vinte) vezes a soma dos últimos 12 meses: de 100% das contraprestações/prêmios na modalidade de preço preestabelecido, e de 50% das contraprestações/prêmios na modalidade de preço pós-estabelecido; e
- 0,33 (zero vírgula trinta e três) vezes a média anual dos últimos 36 meses da soma de: 100% dos eventos/sinistros na modalidade de preço preestabelecido e de 50% dos eventos/sinistros na modalidade de preço pós-estabelecido.

Conforme disposto no Anexo V da RN nº 526/2022, as parcelas mínimas a serem observadas pela Empresa estão apresentadas conforme abaixo:

- i) Em março de 2020: 79,745% do valor da MS;
- ii) Entre abril de 2020 e dezembro de 2022: proporção cumulativa mínima mensal de 0,615% do valor da MS, em adição ao estabelecido no item I acima;
- iii) A partir de dezembro de 2022: 100% do valor da MS.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Empresa estava em conformidade com o requerido pela referida Resolução vigente.

Risco de liquidez

Considerando as atividades da Empresa, a gestão do risco de liquidez implica monitorar os prazos de liquidação dos direitos e das obrigações com o objetivo de manter uma posição de caixa com liquidez imediata para honrar compromissos assumidos.

A Empresa elabora análises de fluxo de caixa projetado e revisa, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados. A expectativa de fluxo de caixa para os instrumentos financeiros passivos está demonstrada como segue:

	Menos de um ano R\$	
	31/12/2022	31/12/2021
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	16.923	10.133
Débitos diversos	6.382	8.806
Total	23.305	18.939

6 Adoção de Normas de Contabilidade Novas e Revisadas

Novas alterações, revisões e interpretações de normas que estão em vigor:

A Empresa iniciou o exercício 2022 com alteração de normas que passaram a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2022, conforme a seguir:

Normas	Descrição da alteração
CPC 15	Combinação de negócios: Substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente emitida em 2018. Ela também inclui no CPC 15 o alinhamento dos conceitos de obrigações assumidas em linha com o previsto no CPC 25, mantendo para o comprador a aplicação dessa norma para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados. Para um tributo dentro do escopo do ICPC 19/IFRIC 21 – Tributos, o comprador aplica essa norma para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição. A Empresa concluiu que não houve impactos com tais mudanças.
CPC 25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes: as alterações esclarecem o que representam "custos para cumprir um contrato" quando se avalia se um contrato é oneroso. Algumas entidades que aplicam a abordagem do "custo incremental" podem ter o valor de suas provisões aumentadas, ou novas provisões reconhecidas para contratos onerosos em decorrência da nova definição. A alteração visa esclarecer quais custos devem ser incluídos na avaliação. A Empresa concluiu que não houve impactos com tais mudanças.
CPC 27	Ativo Imobilizado: a alteração não permite que uma entidade deduza do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A Empresa concluiu que não houve impactos com tais mudanças.
CPC 37	Adoção inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros: simplifica a aplicação da norma por uma subsidiária que adote o CPC pela primeira vez após sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais. A Empresa concluiu que não houve impactos com tais mudanças.

Novas alterações, revisões e interpretações de normas que ainda não estão em vigor:

As seguintes alterações, revisões e adições de normas foram emitidas com vigência a partir de 1º de janeiro de 2023:

Normas	Descrição da alteração
CPC 50	Contrato de Seguro: essa norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro. Administração concluiu que não teremos impactos para a Empresa por não estarem relacionadas ao nosso modelo de negócio.
CPC 26	Apresentação das Demonstrações Contábeis: a emenda substitui o requerimento de divulgação de "políticas contábeis significativas" pela exigência de divulgar suas "políticas contábeis materiais", além de adicionar orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade na tomada de decisões sobre divulgações de políticas contábeis. A Empresa concluiu que não teremos impactos devido a essas mudanças.

Normas	Descrição da alteração
CPC 23	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a emenda altera a definição "mudança de estimativas contábeis" para "estimativas contábeis". A Empresa concluiu que não teremos impactos devido a essa mudança.
CPC 32	Tributos sobre o Lucro: as alterações esclarecem que ao ocorrer o reconhecimento de um ativo e passivo em transações que afete o lucro contábil ou lucro tributável ou das origens a diferenças temporárias igualmente tributáveis e dedutíveis deve reconhecer um passivo ou ativo fiscal diferido. A Empresa concluiu que não teremos impactos com tais mudanças.

Normas que estão em vigor, mas não foi adotado, pois não houve aprovação da ANS

i) CPC 48 - Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração

Essa norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação no CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

Na avaliação realizada, a Empresa entende que o impacto dessa norma será:

- Com relação aos novos critérios de classificação de ativos financeiros, a Empresa verificou que os ativos financeiros classificados como "Empréstimos e Recebíveis" devem ser classificados como "Custo Amortizado";
- Com relação ao novo modelo de impairment, a Empresa entende que a perda deverá ser reconhecida por estimativa, onde até as análises mais recentes não são esperados impactos relevantes pela mudança de modelo para a provisão para perdas sobre créditos referente a porção por redução ao valor recuperável de contas a receber, que atualmente é feita com base nos valores dos créditos vencidos, após 90 dias, considerando o histórico de "perdas incorridas" e que passará a ser provisionada em função do reconhecimento das "perdas de crédito Impactos da adoção das normas contábeis

O CPC 48 passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2018, mas não foi adotado, pois a aprovação da ANS (Agência Nacional de Saúde) é partir do exercício de 2023.

A administração entende que não terá impactos significativos com adoção desta interpretação nesta avaliação dessas demonstrações financeiras.

7 Disponível

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata (*)	10.337	22.317
Bancos conta depósito - movimento – país	50	825
Total	10.387	23.142

- Esses instrumentos financeiros são atualizados à taxa de 88,5% a 101,5% do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI e estão custodiados na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, possuindo liquidez imediata e podendo ser resgatados antecipadamente, independentemente de seus vencimentos.

8 Aplicações Financeiras

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Fundo de investimento ANS (*)	15.007	11.863
Total	15.007	11.863

(*) Trata-se de aplicação financeira mantida como ativo garantidor de acordo com a Resolução Normativa nº 521, de 29 de abril de 2022 da ANS. O valor de mercado das cotas do fundo de investimento financeiro não exclusivo de renda fixa é apurado com base no valor de cota divulgado pelo administrador do fundo no qual a Empresa aplica seus recursos.

9 Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Contraprestação pecuniária/prêmios a receber	22.358	11.313
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde	7.778	5.400
Total	30.136	16.713

O resumo por idade da contraprestação pecuniária/prêmio a receber é o seguinte:

	31/12/2022	31/12/2021
A vencer	7.100	6.284
Até 30 dias	20.185	8.889
De 31 a 60 dias	1.030	603
Acima de 60 dias	1.821	937
Total	30.136	16.713

A seguir a movimentação das perdas sobre créditos no resultado da empresa:

	31/12/2022	31/12/2021
Constituições Líquidas	(477)	(247)
Recuperação de perdas	327	1.696
Perdas com créditos incobráveis	(150)	1.449

10 Créditos Tributários e Previdenciários

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante		
IRPJ a compensar	1.260	3.283
CSLL a compensar	-	88
PIS / COFINS a compensar	23	23
INSS a compensar	-	9
Outros impostos a compensar	294	7
Total do circulante	1.577	3.410
Ativo não circulante		
PIS / COFINS a compensar	10.081	10.400
INSS a compensar	5.958	6.685
IRPJ a compensar	704	5.694
CSLL a compensar	91	2.014
Total do não circulante	16.834	24.793
Total geral	18.411	28.203

11 Bens e Títulos a Receber

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Valores a receber	3.466	5.663
Adiantamentos	230	126
Outros valores a receber	77	116
Total	3.773	5.905

12 Partes Relacionadas

a) Saldos e transações com empresas ligadas:

	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
	Ativo		Passivo	
Operações Intecompany (i)	77	116	134	85

	31/12/2022		
	Gama	Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A.	CRC Connectmed
Serviços corporativos e rateios (ii)	(734)	1.712	(978)

	31/12/2021		
	Gama	Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A.	CRC Connectmed
Serviços corporativos e rateios (ii)	(13)	799	(766)
Assistência médica (iii)	30	(30)	-

- Trata-se de valores alocados no grupo de bens e títulos a receber ou débitos diversos relacionados a serviços corporativos entre empresas relacionadas.
- Concentra todas as atividades de serviços corporativos que atendem às empresas da Empresa (Finanças, Controladoria, Jurídico, Administrativo, Recursos Humanos e Tecnologia da Informação) com valores alocados nas despesas administrativas, cujos custos incorridos são rateados e reembolsados pelas demais empresas operacionais do Grupo.
- O plano de saúde dos colaboradores do Grupo Qualicorp, cujos custos incorridos são cobrados, rateados e reembolsados pelas demais empresas operacionais do Grupo.

b) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da Administração inclui o presidente e os diretores. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Contas a pagar	Despesas	Contas a pagar	Despesas
Remuneração a administradores (*)	78	1.710	91	1.404

13 Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde e Ativos Garantidores

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Provisão de eventos/sinistros a liquidar para outros prestadores	16.916	10.127
Provisão de eventos/sinistros a liquidar para SUS	7	6
Total	16.923	10.133

Em 31 de dezembro de 2022 a Empresa apresenta insuficiência de ativos garantidores para cobertura das provisões técnicas, conforme requerimentos normativos, mas os ativos garantidores já retomaram a suficiência no mês subsequente.

Em 31 de dezembro de 2021 a Empresa possuía ativos garantidores suficientes para cobertura das provisões técnicas.

Abaixo demonstramos a reconciliação para apuração da provisão técnica para abertura:

Vencimentos	31/12/2022	31/12/2021
Inferiores a 60 dias	15.180	9.211
Superiores a 60 dias	1.743	916
Total	16.923	10.127
Provisões técnicas para cobertura (*)	1.743	916
Ativos Garantidores (vide nota explicativa nº8)	15.007	11.863

(*) As provisões técnicas devem ser lastreadas por ativos garantidores que atendam aos critérios da resolução normativa-RN nº 521, que dispõe sobre aceitação, registro, vinculação, custódia, movimentação e diversificação dos ativos garantidores das operadoras.

14 Débitos Diversos

Circulante:	31/12/2022	31/12/2021
Obrigações com pessoal	1.246	529
Adiantamento de clientes	360	726
Fornecedores Diversos	131	92
Arrendamentos (a)	104	-
Back office beneficiários de clientes (b)	-	3.166
Adiantamento de clientes (Demapo – Demitidos e aposentados) (c)	-	1.257
Outros	4.541	3.036
Total circulante	6.382	8.806
Não Circulante:	31/12/2022	31/12/2021
Obrigações com pessoal	400	400
Arrendamentos (a)	282	-
Total não circulante	682	400
Total Geral	7.064	9.206

- a) Ver nota explicativa nº 15 b).
- b) Refere-se a prestação de serviços tais como aluguel de rede médica e benefícios de medicamento para beneficiários de clientes. A variação se justifica com a compensação em sua totalidade dos valores em 2022.
- c) Refere-se a saldos de beneficiários demitidos e aposentados de clientes que optaram pela continuidade do Plano de Saúde, assumindo o pagamento da mensalidade. A Resolução Normativa nº 488, assegura aos demitidos e aposentados a manutenção do plano de saúde empresarial com cobertura idêntica à vigente durante o contrato de trabalho. A variação se justifica com a compensação em sua totalidade dos valores em 2022.

15 Arrendamentos

- a) Direito de Uso

Em 31 de dezembro de 2022 a movimentação no período é composta como segue:

	31/12/2022
Saldo inicial	-
Adoção inicial de norma	358
Reajustes e renovações contratuais	48
Depreciação no período	(125)
Saldo no fim do período	281

- b) Arrendamentos a Pagar

Em 31 de dezembro de 2022 a movimentação no período é composta como segue:

	31/12/2022
Saldo inicial	-
Adoção inicial de norma	459
Reajustes e renovações contratuais	48
Juros apropriado no período	38
Pagamentos realizados	(159)
Saldo no fim do período	386
Circulante	104
Não circulante	282

- c) Demonstração de resultado

No decorrer do período foram registrados os seguintes montantes em resultado:

- i) Juros sobre atualização do passivo de arrendamento totalizam R\$ 38.
- ii) As depreciações dos arrendamentos totalizam R\$ 125.

16 Provisões para Ações Judiciais

	31/12/2022	31/12/2021
Cíveis (a)	1.010	988
Trabalhistas e previdenciárias (b)	197	260
Regulatória/ANS (c)	160	-
Total	1.367	1.248

As movimentações nas provisões para riscos foram as seguintes:

	31/12/2021	Adições	Reversões	31/12/2022
Cíveis (a)	988	44	(22)	1.010
Trabalhistas e previdenciárias (b)	260	2	(65)	197
Regulatório - ANS (c)	-	160	-	160
Total	1.248	206	(87)	1.367

Descrição dos principais processos e/ou riscos, em 31 de dezembro de 2022:

- A Empresa é parte passiva em processos cíveis em andamento, sendo o montante de R\$ 1.010 (R\$ 988 em 2021), estimado como provável o desembolso de caixa, para os quais foi constituída provisão. E avaliados como possível o desembolso de caixa, R\$ 215 (R\$189 em 2021) para os quais, não foram constituídas provisões. As principais causas versam sobre (i) pedidos de autorização para procedimentos médicos e/ou fornecimento de medicamentos em decorrência de ausência de previsão no rol de procedimentos autorizados pela ANS, carência, tratamentos experimentais, acompanhados de pedidos indenizatórios por danos morais e/ou materiais; (ii) ações e cobrança de prestadores médicos referente a glosas de faturamento; (iii) encerramentos de contrato que ensejam pedidos de restabelecimento de plano, acompanhados de pedido indenizatórios por danos morais e/ou materiais; (iv) alegações de erros médicos que ensejam pedidos de indenização por danos moral e material. A redução em 2021 dos itens classificados como possível o desembolso de caixa está atrelado ao encerramento de processos relevantes ao longo do ano.
- A Empresa é parte passiva em processos trabalhistas que se encontram em discussão na esfera administrativa e/ou judicial e que versam, principalmente sobre o pagamento de verbas rescisórias, diferenças salariais, horas extras e reflexos. Além das reclamações trabalhistas, constituímos provisão para divergências de recolhimentos de valores relativos a INSS e FGTS, cuja discussão encontra-se na esfera administrativa. As provisões constituídas para eventuais perdas decorrentes de referidos processos trabalhistas totalizam o montante de R\$197 (R\$260 em 2021). Para os riscos cujas chances de perda são classificadas como possível, os quais totalizam R\$ 587 (R\$559 em 2021), não foram constituídas provisões. A variação dessas provisões em relação ao ano anterior é substancialmente pelo fato da Empresa visitar os recolhimentos de INSS e FGTS.
- A Empresa é parte passiva em processos regulatórios ANS em andamento, sendo o montante de R\$160 (R\$0 em 2021) avaliado como perda provável, para o qual foi constituída provisão, e no decorrer de 2022 a Empresa não teve processos avaliados como possível.

17 Patrimônio Líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o capital social da Empresa é de R\$53.873 e R\$ 68.873, respectivamente, totalmente subscrito e integralizado sendo dividido em 5.387.297.425 quotas em 2022 e 6.887.297.425 quotas em 2021 de valor nominal igual a 0,01.

No primeiro trimestre de 2022 foi aprovada a redução de capital social no montante de R\$ 15.000, correspondentes a 1.500.000.000 de quotas, mantendo inalterado o percentual de participação dos controladores da Empresa.

Reserva legal

Conforme estabelece o contrato social, a Empresa deverá destinar 5% (cinco por cento) do resultado do exercício para formação dessa reserva até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito ou se o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76, exceder 30% do capital social, após compensar integralmente seus prejuízos acumulados.

Distribuição de resultados e outras reservas de lucros

A Empresa, por deliberação da Diretoria, poderá ainda, declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, bem como poderá efetuar o pagamento de juros sobre o capital próprio, a crédito dos dividendos anuais ou intermediários, podendo tais dividendos, serem imputados ao dividendo obrigatório.

Segue abaixo quadro que será levado para aprovação dos sócios na proposta de compensação do lucro líquido do exercício com prejuízos acumulados:

Destinação do Lucro líquido	2022	2021
Lucro líquido do exercício	205	6.102
Compensação de prejuízos acumulados	(205)	(6.102)

18 Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Planos de Assistência à Saúde

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Receitas com Operações de Assistência à Saúde:		
Receita com taxa de administração	19.000	14.624
Contraprestação líquidas/Prêmios retidos (*)	-	120.991
Total	19.000	135.615

(*) Em atendimento ao Plano de Contas atualizado pela Resolução Normativa nº 528 de 2022, as contraprestações líquidas forma deslocadas para o grupo de Eventos Indenizáveis Líquidos (411), vide nota explicativa nº 19.

19 Eventos Indenizáveis Líquidos / Sinistros Retidos

A apropriação da despesa com eventos indenizáveis é reconhecida, considerando-se a data de apresentação da conta médica ou do aviso pelos prestadores dos serviços, correspondente aos eventos ocorridos.

A cobertura assistencial com preço pós estabelecido referente aos planos coletivos empresariais firmados posteriormente à Lei nº 9.656/1998, compõem-se como segue:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Eventos/sinistros conhecidos ou avisados de assistência à saúde (a)	(181)	120.991

- a) Em atendimento ao Plano de Contas atualizado pela Resolução Normativa nº 528 de 2022, as contraprestações líquidas que antes integravam o grupo 311, agora foram deslocadas para o grupo 411 de Eventos Indenizáveis Líquido, se a Empresa aplicasse a norma com efeito retrospectivo os saldos ficariam uniformes conforme exposto abaixo:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Eventos/sinistros conhecidos ou avisados de assistência à saúde (a)	(181)	-

Abaixo a segregação das despesas com eventos indenizáveis referente a carteira própria e aos atendimentos por corresponsabilidade assumida:

EVENTOS/ SINISTROS CONHECIDOS OU AVISADOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE MÉDICO HOSPITALAR	Carteira Própria		Corresponsabilidade Assumida	
	2022	2021	2022	2021
Cobertura Assistencial com Preço Pós-Estabelecido:				
Planos Coletivos Empresariais depois da Lei (*)	(1.059)	37.348	878	83.644
Total	(1.059)	37.348	878	83.644

(*) Referem-se, basicamente, à diferença temporal do sistema/controles internos da Empresa e a relação analítica de contas médicas/hospitalares, que são regularizados em período subsequente, após o processamento das movimentações enviadas pela Empresa. Os riscos dessa operação são mensurados e reconhecidos ao final de cada ano, para esse saldo atual de R\$ (181), não há risco em 31 de dezembro de 2022.

20 Despesas Administrativas

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Gastos com pessoal (a)	8.435	6.786
Gastos com serviços de terceiros	7.701	6.296
Gastos com localização e funcionamento	1.186	1.148
Gastos com Processos Judiciais	268	209
Provisão/(Reversão) de Contingências Trabalhistas (b)	(63)	(2.738)
Outras despesas administrativas	1.606	12
Total	19.133	11.713

a) As despesas de benefícios a empregados, compõem-se como segue:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Salários e ordenados	3.269	2.803
Despesa com encargos sociais	1.458	1.397
Provisão de 13º salário e férias	765	646
Despesa com indenização	617	647
Despesas com vale refeição	391	357
Despesa com transporte	47	16
Outras despesas com empregados	1.888	920
Total	8.435	6.786

b) Variações em 2022 estão descritas na nota explicativa nº 15 b.

21 Receitas (Despesas) Financeiras

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras:		
Rendimentos com aplicações financeiras	2.886	1.341
Atualização de créditos tributários	636	99
Variação cambial ativa	429	-
Outras receitas	78	192
Total de receitas financeiras	4.029	1.632
Despesas financeiras:		
Variação cambial passiva	(926)	(509)
Outras despesas	(91)	(98)
Despesas Bancárias	(48)	(37)
Total de despesas financeiras	(1.065)	(644)
Resultado financeiro	2.964	988

22 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas com tributos incidentes são demonstradas como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e após participações	971	6.337
Alíquota vigente do IRPJ e da CSLL	34%	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(330)	(2.154)
Despesas não dedutíveis - outras	(509)	(128)
(Constituição)/reversão líquida de adições temporárias sem constituição de crédito tributário	(374)	1.365
Prejuízo fiscal sem constituição de crédito tributário (*)	358	106
Ajuste de anos anteriores	87	576
Total das despesas de IRPJ/CSLL	(768)	(235)
Taxa efetiva IRPJ/CSLL (%)	79,09%	3,71%

(*) Estes valores referem-se a prejuízos fiscais apurados em que não há perspectiva de realização.

23 Compromissos

Em 31 de dezembro de 202, a Empresa possui os seguintes compromissos relevantes:

- a) Compromissos para prestação de serviços de “call center” assumidos de R\$ 406 para o exercício social de 2023 (não auditados).

As despesas incorridas com esse contrato no exercício social de 2022 foram de R\$ 252 (R\$ 447 em 2021).

24 Seguros

A Empresa mantém seguros sobre seus bens para a cobertura de eventuais perdas, os quais são considerados suficientes pela Administração, como segue:

Itens	Tipo de cobertura	Importâncias segurada
Edifícios, instalações, maquinismos, móveis e utensílios	Quaisquer danos materiais a edificações, lucros cessantes decorrentes de incêndios, instalações, máquinas e equipamentos, responsabilidade civil, operações e empregador.	2.000
Garantia de processos administrativos (i)	Garantia decorrente a processos administrativos – Órgão Público	1.003

25 Conciliação do Lucro Líquido e Caixa Operacional

Em conformidade com o CPC - 03 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a conciliação do lucro líquido e o fluxo de caixa das atividades operacionais é composto como segue:

	2022	2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social e após participações	971	6.247
Ajustes por:		
Depreciações e amortizações	260	311
Provisão (reversão) para riscos	119	(3.431)
	1.350	3.127
Variação dos ativos e passivos operacionais:		
Aumento (redução) de Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	(13.423)	(4.456)
Redução (aumento) de despesas antecipadas	1.434	(1.433)
Redução (aumento) de impostos e contribuições a recolher	(461)	211
Aumento provisão para eventos/sinistros a liquidar	6.790	1.435
Redução (aumento) de bens e títulos a receber	2.132	(2.783)
Redução (aumento) títulos e depósitos judiciais e fiscais	220	(188)
Redução (aumento) de outros créditos a receber a longo prazo	283	(400)
Redução (aumento) de débitos diversos	(2.557)	2.378
Redução de créditos tributários e previdenciários	9.807	1.914
Aumento de aplicações financeiras	(3.144)	(2.173)
Caixa proveniente das (utilizado nas) operações	2.431	(2.368)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(185)	(389)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	2.246	(2.757)

26 COVID-19

A Empresa não identificou, até o momento, riscos significativos de não continuidade de nossas operações em um futuro previsível, levando em consideração todas as informações atualmente disponíveis.

27 Aprovação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Empresa foram aprovadas em forma definitiva pela Administração em 29 de março de 2023 e contemplam todos os eventos subsequentes ocorridos desde a data de encerramento de 31 de dezembro de 2022, quando aplicável.

Elton Hugo Carlucci
Diretor Presidente

Ricardo Dornellas de Medeiros
Diretor

Carlos de Almeida Vasques de Carvalho Neto
Diretor Financeiro e de Relações
com o Investidor

Adriana Ricardo Arrais
Contadora - CRC. 1SP213332/O-7

Este documento foi assinado digitalmente por Adriana Ricardo Arrais.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://qualicorp.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código 5143-4F0D-48D3-19A2.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Qualicorp. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://qualicorp.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/5143-4F0D-48D3-19A2> ou vá até o site <https://qualicorp.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 5143-4F0D-48D3-19A2



Hash do Documento

61B5878E6A685624B26CAEF4E48663AA4A007CB56BFA386BFEBDE3CDC0B9CF985

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 30/03/2023 é(são) :

Adriana Ricardo Arrais - ***.929.108-** em 30/03/2023 18:16
UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

